



Workshop dos Utilizadores do Canal Faial–Pico

Cientistas, utilizadores e decisores políticos –
trabalhando em conjunto para melhorar a
gestão das áreas marinhas protegidas (AMPs)

1st AQUACROSS Faial–Pico Channel Workshop
3 Outubro 2017, Hotel Horta, Horta, Azores



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 642317.

Mensagens Chave

Este relatório resume as apresentações e discussões que tiveram lugar no Workshop de utilizadores do Canal Faial–Pico, na Horta, Faial, Açores, no dia 3 de outubro de 2017. As seguintes mensagens–chave emergiram das discussões:

Contextualização da AMP do canal Faial–Pico

- O Canal Faial–Pico é um **estudo de caso** importante para a **gestão de Àreas Marinhas Protegidas (AMPs)** quer no dos Açores, quer da UE.
- O Canal Faial–Pico é um importante estudo de caso de ecologia costeira e mar profundo
- O **estado ecológico atual** do Canal não é conhecido, nem se sabe se está a melhorar ou a piorar.
- O Canal Faial–Pico suporta muitos usos e utilizadores e tem elevado valor e **relevância** para os pescadores locais, comerciais e de recreio, operadores marítimo turístico, organizações ambientais, investigadores e sociedade em geral.

Reflexões sobre a gestão atual

- Gestão da AMP da AMP do canal Faial–Pico representa um desafio devido à **governança complexa e, por vezes, sobreposta, levada a cabo por várias instituições e organismos.**
- Enquanto **que o cumprimento dos regulamentos em vigor** é considerado adequado, a **vigilância e fiscalização destas áreas**, são considerados essenciais e, neste momento, insuficientes na óptica de todos os utilizadores.
- Os utilizadores necessitam de **informação clara** sobre as regras actualmente em vigor.

Futuros desafios para a gestão

- Todas os utilizadores enfatizaram a importância da monitorização para avaliar a eficácia da AMP.
- A maioria dos participantes apoiou a criação de um **grupo de trabalho**, para ajudar na gestão e monitorização da AMP, com **representação** de todos os utilizadores.
- Foi também sugerido o desenvolvimento de um **plano de Gestão para a AMP** . Este plano Funcionaria como um guião para implementar as regras em vigor e para avaliar a gestão e resultados da AMP.

Cooperação e benefício mútuo

- **A Gestão sustentável** do Canal é de primordial importância e beneficia todos.
- **A Cooperação** entre e dentro dos grupos de utilizadores é importante.
- Pesca e turismo, bem como outros sectores, estão **interligados** e fazem parte da mesma **comunidade partilhada**: Quando um sector é beneficiado o outro também é beneficiado de alguma forma.
- Há uma oportunidade para todos beneficiarem, através de uma estratégia de **marketing sinérgico**, que evidencia o canal como um destino de ecoturismo e um local onde ocorre, simultaneamente, pesca artesanal.

2 Introdução

O Workshop dos Utilizadores do Canal Faial–Pico foi realizado na Horta, Faial, Açores, no dia 3 de Outubro de 2017. O workshop juntou [31 utilizadores](#), incluindo a pesca, o turismo e representantes da sociedade civil, bem como, cientistas e decisores políticos. O foco principal da discussão centrou-se na gestão, atual e futura, da Área Marinha Protegida do Canal Faial–Pico (AMP). Outros temas principais discutidos incluíram o papel da ciência, e do conhecimento local dos utilizadores, no suporte à tomada de decisão. O workshop começou com três apresentações: uma introdução ao projeto AQUACROSS e a sua perspectiva para a gestão das AMPs, dada pelo Ben Boteler (Instituto Ecológico); uma visão geral da regulamentação actual e planos futuros para a AMP do canal Faial–Pico, dada pelo Gilberto Carreira (DRAM); e um resumo da investigação socioeconómica relacionada com as AMPs regionais, dada pela Adriana Ressurreição (MARE) (ver [agenda oficial](#)). Para abrir a discussão plenária, seis participantes de diferentes grupos de utilizadores foram convidados a partilhar as suas perspectivas e expectativas em relação à gestão participativa da AMP. Seguiu-se uma ampla discussão, abrangendo tópicos como os conflitos e compromissos alcançados no canal; considerações práticas de gestão – incluindo o estado atual da biodiversidade e gestão–; bem como, desafios ao nível da legislação e gestão institucional. Futuras opções de gestão, incluindo a gestão participativa dos utilizadores, foram também considerados.

Após as discussões foi oferecido um almoço aos participantes. O workshop ofereceu aos participantes uma oportunidade para dialogar com decisores políticos e cientistas, e partilhar as suas perspectivas e prioridades com vista ao melhoramento da gestão do Canal. Foi também uma oportunidade para refletir sobre as novas restrições à pesca, no canal, impostas em 2016, e olhar para o futuro.

3 Apresentações

AQUACROSS e a gestão com base no ecossistema – Ben Boteler (Ecologic Institute)

Para além da abertura do workshop e fixar objectivos para o dia, Ben Boteler introduziu o projeto AQUACROSS (Conhecimento, Avaliação e Gestão da Biodiversidade Aquática e Serviços de Ecossistemas ao longo nas políticas Europeias), uma acção, de 3.5 anos, Horizonte 2020 Investigação e Inovação, financiada pela Comissão Europeia. Ben Boteler explicou que o AQUACROSS reconhece o valor dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas aquáticos (oceanos, costas, lago, e rios) para o bem-estar humano, e o decréscimo da biodiversidade na Europa e no mundo. O projeto investiga como a gestão com base no ecossistema, pode contribuir para parar o o declínio da biodiversidade e alcançar os objectivos enunciados na Estratégia da Biodiversidade da União Europeia, salvaguardando os ecossistemas e os benefícios que eles oferecem, no futuro. Ben Boteler introduziu a abordagem AQUACROSS e também os princípios fundamentais da gestão com base no ecossistema, que incluem o desenvolvimento e a utilização do conhecimento multidisciplinar dos diferentes utilizadores, a gestão dos ecossistemas à escala apropriada, coordenação política, consideração e integração das interações sociais-ecológicas, entre outros. Ben Boteler assinalou que o projecto AQUACROSS visa investigar estas questões e aprender a partir da experiência reunida em oito estudos de caso europeus, incluindo os Açores.

Atuais desafios das Áreas Marinhas Protegidas dos Açores – O Canal Faial-Pico – Gilberto Carreira (DRAM)

A apresentação de Gilberto Carreira apresentou a história da gestão das AMPs nos Açores, a legislação em vigor no Canal Faial-Pico, planos para o futuro e os desafios actuais. De acordo com Gilberto Carreira, a gestão das AMPs é um desafio nos Açores devido à diversidade dos ecossistemas locais, à governância complexa e muitas vezes sobreposta, e à importância destas áreas marinhas para diferentes utilizadores, bem como para a economia. Apesar destes desafios, a conservação marinha nos Açores tem progredido desde o estabelecimento da primeira AMP em 1980 (Monte da Guia, no Canal Faial-Pico), com múltiplas áreas protegidas marinhas e costeiras agora geridos pela DRAM e os Parques Naturais de Ilha, através de uma teia complexa de leis regionais e internacionais (incluindo a rede Natura 2000, OSPAR, a lei da biodiversidade dos Açores) e regulamentações sobre a pesca. A DRAM está envolvida em inúmeros projetos para melhorar o conhecimento e a gestão do mar dos Açores e do seu parque marinho.

Gilberto Carreira salientou que o Canal Faial-Pico é um estudo de caso importante para a gestão das AMPs. Possui muitos dos desafios presentes em todas as áreas marinhas protegidas nos Açores, incluindo a crescente procura do turismo marinho e o aumento do esforço de pesca (comercial e recreativo), alta relevância ecológica e implementação

complexa de sistemas de vigilância e monitorização. Ao contrário de outras AMPs regionais, o canal Faial–Pico é bem estudado havendo uma série de estudos científicos focados no canal. A gestão do canal Faial–Pico evoluiu lentamente ao longo dos últimos trinta anos, mas sofreu uma revisão significativa em 2016 com o decreto de pesca nº 53/2016. Após duas reuniões com os utilizadores em 2015 para discutir potenciais cenários de gestão, em 2016, a DRAM usou regulamentações de pesca para restringir a pesca em algumas áreas de alta biodiversidade no canal, isto é, em torno do Monte da Guia, os ilheus da Madalena e a Baixa da Barca.

A apresentação de Gilberto Carreira terminou com uma discussão dos contínuos desafios associados à gestão das AMPs açorianas e da potencial contribuição do AQUACROSS – que incluiu o desenvolvimento de métodos de gestão participativa, gestão de conflitos, facilitação da comunicação entre cientistas, utilizadores e decisores políticos – para apoiar o trabalho actual da DRAM na gestão e conhecimento associado às AMPs.

A dimensão socioeconómica das AMPs açorianas – Adriana Ressurreição (MARE)

A apresentação de Adriana Ressurreição resumiu a recente investigação socioeconómica relacionada com o canal Faial–Pico. . A apresentação salientou que a gestão marinha é essencialmente um processo político. Embora deva ser informado pela melhor investigação científica possível e disponível, é, em última análise, impulsionado por valores humanos e compromissos entre os diferentes usos.

De acordo com Adriana Ressurreição, a investigação socioeconómica sobre AMPs pode fornecer informação útil para a gestão do canal. Os resultados desta investigação mostram que há um elevado nível de preocupação social em relação à conservação da biodiversidade marinha e é reconhecida a utilidade das AMPs como ferramentas de gestão. Os resultados sugerem também que há lacunas significativas entre o conhecimento científico e o conhecimento da população geral em relação a várias questões relacionadas com o meio marinho, defendendo o aumento da educação ambiental marinha da população geral e uma melhor comunicação, por parte dos investigadores, dos resultados científicos. Lacunas na investigação também foram também identificadas, como a falta de conhecimento científico sobre o impacto socioeconómico e ecológico de alguns usos do canal, como as dragagens, e/ou a falta de conhecimento sobre o estado ambiental actual do canal.

A apresentação da Adriana Ressurreição também destacou que o canal Faial–Pico suporta muitos usos e que isso pode levar a conflitos, mas também a compromissos, entre os diferentes usos, dependendo das diferentes opções de gestão consideradas. Os resultados sugerem também que o canal é um local preferencial quer para os usos não extractivos, quer para os usos extractivos, incluindo a pesca recreativa (apanha de lapas, pesca de costa, caça submarina), pesca comercial e o mergulho costeiro; bem

como, em menor grau, a pesca desportiva e a observação de cetáceos. Cada um destes usos tem um valor económico significativo.

4 Gestão participativa – declarações dos utilizadores

Para abrir a discussão em plenário, alguns utilizadores chave do canal Faial-Pico foram convidados para fazer uma declaração sobre o seu envolvimento na gestão do canal Faial-Pico, i.e. como estiveram envolvidos até à data e como gostariam de estar envolvidos no futuro. Num ligeiro desvio à agenda, dois utilizadores adicionais foram também convidados a contribuir na reunião.

Enrico Villa – CW Açores

A empresa de turismo marinho de Enrico Villa, CW Açores, utiliza extensivamente o canal do Faial-Pico como um local de mergulho: 60% dos seus 2500 mergulhos anuais ocorrem dentro do canal. Enrico Villa afirmou que a AMP é muito importante para a sua actividade, tanto diretamente como um local de mergulho como indiretamente como uma ferramenta de marketing. Ele acredita que as AMPs não só são importantes para proteger a biodiversidade, mas também para promover os Açores e o Pico/Faial como um destino de ecoturismo. Enrico Villa citou a Baixa da Barca como exemplo: após as restrições de pesca de 2016 que estabeleceram este local como uma área protegida, a Baixa da Barca é agora comparado a um outro local de mergulho de renome, o banco Princesa Alice, o que é bom para o turismo e para as actividades relacionadas. Assim, Enrico Villa está interessado em contribuir de alguma forma nas decisões relacionadas com a gestão das AMPs.

Carla Dâmaso – Azores Observatório Oceano (OMA)

Carla Dâmaso trabalha no OMA, que tem sede em Porto Pim, na costa da AMP do canal do Faial-Pico. O OMA é uma ONG dirigida para a ciência, o oceano e a sustentabilidade, com especial foco nos Açores. Carla Dâmaso realçou que as AMPs são úteis para comunicar a importância dos ecossistemas marinhos para os seres humanos. Carla Dâmaso também enfatizou que o Canal Faial-Pico pode ser um estudo de caso importante para a gestão das AMPs dentro do Arquipélago dos Açores, em particular porque suporta muitos usos e beneficia muitos utilizadores.

Jorge Gonçalves – Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores (APEDA)

A associação de Jorge Gonçalves representa os pescadores demersais comerciais dos Açores. Sublinhou a importância do Canal Faial-Pico para os pescadores locais, pois alberga muitas espécies de valor comercial e é acessível aos pescadores, com pequenos barcos, que não estão autorizados a pescar em locais mais distantes. Ele afirmou que a associação que representa esteve envolvida nas decisões sobre a gestão do Canal e

apoiou a criação de áreas marinhas protegidas e a regulação do esforço de pesca no Canal. Contudo, realçou que monitorização e fiscalização adequados são fundamentais neste contexto. Ao mesmo tempo, Jorge Gonçalves enfatizou que os pescadores também necessitam de beneficiar destas áreas marinhas protegidas e precisam também de evidências da sua eficácia (ou seja, aumentos nos stocks pesqueiros). Jorge Gonçalves afirmou que a comunidade de pescadores suporta estas AMPs uma vez que eles trazem benefícios para outros sectores da comunidade local. Ele enfatizou a importância de todos os utilizadores cooperarem para garantir benefícios para todos.

Hugo Diogo – Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP), Universidade do Açores

A investigação do Hugo Diogo do DOP incide sobre a pesca recreativa. Consequentemente, ele representa dois grupos de utilizadores: pescadores recreativos e cientistas. Ele observou que a plataforma de ilha relativamente grande do Canal (pelos padrões açorianos) suporta muitos usos extrativos e não extractivos. Isto faz com que o canal seja um interessante estudo de caso para o planeamento espacial marítimo para compatibilizar usos competitivos, bem como, para avaliar o impacto e o valor da pesca recreativa. Hugo Diogo está interessado em que representantes de pesca recreativa estejam envolvidos nas futuras decisões associadas à gestão da AMP. Na sua opinião é fundamental investir na conservação das espécies e ecossistemas mais valiosos, salvaguardando o acesso da pesca comercial e recreativa em algumas áreas.

Pedro Afonso – Universidade dos Açores

Pedro Afonso é um investigador no Departamento de Oceanografia e Pescas. Ele enfatizou a importância do Canal Faial-Pico para a ciência/investigação, referindo-se a ele como um laboratório natural, tanto para a ecologia costeira como de mar profundo. Em termos de gestão futura da AMP, Pedro Afonso sugeriu a criação de um grupo de trabalho, constituído por todos os utilizadores, para apoiar a gestão e monitorização da AMP. Este grupo deve incluir a representação de todos os setores, incluindo aqueles que ainda não possuem representação formal (como a pesca recreativa). Um papel importante deste grupo de trabalho seria monitorizar, avaliar e garantir a fiscalização da AMP, para manter sua integridade. O público precisa de mais informações sobre as restrições em vigor na AMP; programas de monitorização contínuos e fiscalização adequada são também necessários. Pedro Afonso concluiu que a informação resultante deste grupo de trabalho deve ajudar a definir um plano de gestão para a AMP, plano esse que formaliza todos estes elementos e garante a sua proteção a longo prazo.

José António Fernandes – Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico (AAPAP)

José António Fernandes representa os armadores de pesca artesanal do Pico. O canal Faial-Pico é muito importante para este grupo. Por um lado ele reconhece os benefícios resultantes das AMPs para o turismo e para a restante comunidade da ilha do Pico, por outro lado salientou que estas áreas tem um custo considerável para os pescadores

comerciais. Ele sugeriu que as restrições devem ser também aplicadas aos pescadores recreativos.

Ele também sugeriu que, os mergulhadores devem mergulhar em áreas que já foram fechadas para a pesca (como o Banco Condor), e não mergulhar nas áreas onde a pesca é permitida. Sugeriu também que algumas áreas deviam ser fechadas aos mergulhadores e serem para uso exclusivo da pesca, por exemplo Baixa do Sul. José António Fernandes concluiu que, na sua opinião, há um excesso de políticas e restrições que se sobrepõem e que, portanto, é difícil para os pescadores entender o que eles estão ou não estão autorizados a fazer. Um plano de gestão deveria compilar todas essa informação num formato acessível e compreensível.

5 Discussão Plenária

Seguiu-se uma discussão aberta, onde foram abordados os seguintes pontos-chave

A – Conflitos e cooperação

Alguns participantes observaram que, como o Canal é uma área valiosa para muitos utilizadores (pescadores recreativos e comerciais, operadores de turismo, mergulhadores, dragagem, entre outros), existe o potencial para conflito. Os participantes enfatizaram que, apesar dos Açores terem uma vasta zona económica exclusiva, apenas uma pequena área dessa EEZ é viável para a pesca, dado a sua profundidade. Os conflitos podem também ocorrer entre o mesmo tipo de uso, por exemplo, foi sugerido que como há muitos barcos de pesca a pescar no canal Faial-Pico, há também o potencial para conflitos entre eles à medida que aumentam o número de AMPs.

Ao mesmo tempo, alguns participantes salientaram que todos os utilizadores fazem parte da mesma comunidade. Os participantes ligados ao sector da pesca reconhecem os benefícios do turismo para a economia local e que também podem beneficiar direta e/ou indirectamente através do sector do turismo. Um participante sugeriu a oportunidade para se apostar num marketing sinérgico entre sectores e actividades, dando o exemplo de que um mergulhador que vem mergulhar no Canal, em seguida, vai almoçar e apreciar, à refeição, um peixe capturado pelos pescadores artesanais locais. Ao identificar os interesses comuns de todos os participantes pode ser um caminho para a cooperação e benefício mútuo. Alguns turistas levantaram, anteriormente, aos operadores de mergulho, preocupações sobre a presença de pesca no canal, Contudo alguns participantes acreditam que os turistas também precisam de reconhecer que o Canal é um recurso que deve ser partilhado e que o mergulho e a pesca estão inter-relacionados.

Esta inter-relação e existência de objetivos comuns foram enfatizadas por alguns participantes. Eles observaram que o objetivo principal das AMPs é a gestão sustentável dos recursos marinhos. Sem uma gestão sustentável dos recursos, todos os

utilizadores sofrerão perdas. Alguns participantes argumentaram que a gestão de recursos devia ser a pedra basilar da gestão do canal Faial-Pico.

B – Estado ecológico atual da AMP e gestão

Houve uma discussão considerável sobre o estado atual da AMP. Alguns relataram aumentos mínimos nalgumas espécies de peixes (ex. juvenis de goraz) e mesmo da biodiversidade em geral dentro da AMP. Outros não se mostraram convencidos destas melhorias e solicitaram uma monitorização adequada para avaliar o impacto da AMP. Foi sugerido que, no entanto, isto seria um desafio devido à falta de dados históricos. Além disso, um participante sugeriu que as atuais restrições e área da AMP seriam insuficientes para proteger a biodiversidade, de modo que nenhuma melhoria significativa deveria ser esperada. Houve um consenso geral que neste momento a fiscalização e monitorização da AMP são insuficientes. Fiscalização e monitorização adequada da AMP seria fundamental para permitir a avaliação do sucesso da AMP, para contribuir para a sua aceitabilidade e apoio dentro da comunidade e informar mudanças futuras na sua gestão. Houve também um consenso geral de que o cumprimento dos regulamentos, impostas em 2016, foi significativo.

C – Desafios institucionais e legislativos e a necessidade para uma informação clara

Alguns participantes mencionaram a complexidade legislativa e institucional subjacente à gestão da AMP como um obstáculo. Uma dificuldade considerável é o facto das mudanças na legislação relacionadas com os parques naturais de ilha terem que passar pela aprovação da Assembleia Regional. Os participantes também destacaram a sobreposição entre os Parques Naturais da Ilha e a DRAM. Mencionou-se também que os Parques Naturais de Ilha estão mais focados sobre a biodiversidade terrestre e não têm recursos, pessoas, e/ou experiência para apoiar a gestão e a monitorização das áreas marinhas protegidas de forma adequada. Alguns participantes também mencionaram a necessidade de compilar todas as restrições à pesca e associadas às áreas marinhas protegidas num só local e num formato compreensível para os diferentes utilizadores: pescadores profissionais e recreativos, turistas e sociedade em geral. Os pescadores também devem também receber um resumo da legislação em vigor quando obtêm as suas licenças. O Parque Natural de Ilha do Faial está a produzir cartazes para informar as pessoas sobre as restrições no Monte da Guia. A importância da educação marinha foi também destacada.

D – Gestão futura do Canal Faial-Pico

A gestão futura do Canal Faial-Pico foi também um tema central. A maioria dos participantes apoiou a formação de um grupo de trabalho com representantes de todos os sectores e utilizadores para apoiar a gestão do canal. A necessidade de melhor monitorização, avaliação e fiscalização também foi enfatizado por muitos participantes, e que isto se deve aplicar a todos os usos, incluindo as dragagens. Os participantes também sugeriram mais financiamento e apoio do governo local para levar a cabo a

monitorização, avaliação e gestão do canal. Alguns participantes sugeriram formalizar todas estas questões num plano de gestão da AMP. Adicionalmente outras opções de gestão foram também enunciadas:, incluindo

- A criação de um santuário de tubarões, uma AMP focada na conservação do tubarão azul (que permitiria o mergulho)
- Reservas exclusivamente para uso dos pescadores (ou seja fechadas aos mergulhadores). Contudo, esta medida foi contestada por muitos participantes que não concordam com a lógica subjacente à criação destas reservas e/ou na existência de provas que os mergulhadores afectam negativamente o ecossistema marinha ou a pesca.
- Fecho temporal/sazonal de algumas reservas – por exemplo, fechar a Baixa do Sul em determinados periodos do dia para determinados utilizadores. Esta medida foi, contudo, contestada uma vez que as marés podem condicionar a actividade de mergulho e estas não se compadecem com um horário pré-definido para o desenvolvimento destas actividades.
- Necessidade de representação formal dos pescadores recreativos, sector chave de utilizadores, e que não tem sido adequadamente representado nas discussões sobre a gestão do canal.